

Privatização de Santos será mais rígida

Afirmção é do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que ainda prevê maior trava para participação de operadores

DE BRASÍLIA

A privatização do Porto de Santos deve contar com mais rigidez regulatória e uma "maior trava" na participação de operadores portuários na concessão, em relação a outras desestatizações estudadas pelo governo. A informação foi dada ontem pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. O certame que envolve o maior complexo portuário da América Latina está previsto para acontecer no próximo ano.

"No Porto de Santos, tenho de ter uma rigidez maior regulatória e uma maior trava para participação dos operadores portuários na gestão portuária. Não é o que vai acontecer, por exemplo, com Itajaí", disse o ministro.

Freitas destacou que esse

arranjo é diferente para cada desestatização portuária que o governo quer levar em frente, como a da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a do Porto de Itajaí. "Vamos calibrar de acordo com a característica de cada porto qual é a dose

de rigidez regulatória ou em que medida o operador portuário vai ter acesso ou não, vai poder ou não se tornar concessionário", respondeu o ministro ao ser perguntado sobre qual seria o melhor formato de privatizações portuárias, que seja capaz

de preservar a concorrência e o livre mercado na cadeia de transporte.

Apesar dos ajustes regulatórios e de participação serem específicos para cada porto, Freitas lembrou que o modelo de desestatização, a grosso mo-

do, deve seguir a cartilha da venda da companhia junto da concessão da operação portuária. O ministro ainda comentou que o perfil de players interessados nesses ativos é variado. Há possibilidade de os consórcios que forem disputar os leilões serem compostos por operadores portuários e fundos de investimento – que têm mostrado "interesse enorme" nessas privatizações, disse o ministro.

"Podemos mirar um pouco nas desestatizações que ocorreram no Reino Unido e na Austrália – players que estão lá estão estudando o nosso processo. Temos conversado bastante com esses fundos de investimento", afirmou Freitas.

O ministro está diretamente envolvido na semana que passará à iniciativa

privada 22 ativos de infraestrutura, a partir de uma bateria de leilões que começa amanhã e segue na quinta e sexta-feira. Na área de portos, o governo vai realizar o certame de cinco terminais portuários (quatro em Itajaí-RS e um em Pelotas-RS).

"No caso de Pelotas (carga mais concentrada em madeira), vai acabar atraindo donos dessa carga. Tem uma lógica de verticalização muito grande", comentou Freitas. No caso dos terminais em Itajaí, de líquidos (combustíveis), o ministro afirmou que o governo espera ver um novo entrante, juntamente com as empresas tradicionais que disputam esses ativos, que são as distribuidoras de combustíveis. (Estadão Conteúdo)

REGRAMENTO SANTISTA

"No (processo de desestatização do) Porto de Santos, tenho de ter uma rigidez maior regulatória e uma maior trava para participação dos operadores portuários na gestão portuária. Não é o que vai acontecer, por exemplo, com Itajaí"

Tarcísio Gomes de Freitas
Ministro da Infraestrutura



RICARDO BOTELHO/MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA/DELEGACÃO